



DECRETO Nº 1882/2026

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA PARA GRANDES GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS – “GERADOR CONSCIENTE”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SARZEDO, no uso de suas atribuições legais, contidas na Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO:

I - que a Constituição Federal estabelece no Art. 23, inciso IX, que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, sendo que este último compreende o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, assim como drenagem e manejo das águas pluviais;

II - os termos da Lei Federal nº 12.305/2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

III - o Decreto Federal nº 10.936/2022, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto institui o Programa Municipal de Coleta Seletiva para Grandes Geradores de Resíduos Sólidos – “Gerador Consciente”, com o objetivo de promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis secos produzidos por grandes geradores de resíduos no âmbito do Município de Sarzedo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

Art. 2º Para efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - acondicionamento adequado: armazenamento dos resíduos sólidos em recipientes apropriados e em dimensões adequadas, mantendo-se as condições de higiene e segurança, conforme estabelecido pelas normas técnicas brasileiras;

II - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

III - grandes geradores de resíduos sólidos: pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que desenvolvem atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviço e geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, com potencial para a reciclagem;

IV - resíduos recicláveis secos: resíduos que não apresentam contaminação biológica, química e radiológica associada e que, conforme sua composição, devem ser encaminhados para reutilização ou reciclagem, tais como papéis, plásticos, vidros e metais;

V - destinação final ambientalmente adequada de resíduos recicláveis: destinação de resíduos recicláveis secos que inclui a reutilização e a reciclagem, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

VI - segregação na fonte: separação dos resíduos de acordo com suas características e composição executada pelo gerador, com o objetivo de permitir o manejo, tratamento e destinação final adequada;

VII - Resíduos Perigosos – Classe 1: são resíduos que apresentam periculosidade, ou seja, risco à saúde pública ou ao meio ambiente. Podem ser inflamáveis, corrosivos, tóxicos, reativos ou patogênicos.

VIII - Resíduos Não Perigosos - Classe 2ª: não Inertes - Não são perigosos, mas podem sofrer transformações físicas, químicas ou biológicas. Exemplos: Restos de alimentos, Papel contaminado com óleo, Matéria orgânica em geral.

IX - Classe 2B - Inertes: não reagem, não se decompõem e não liberam contaminantes.

Art. 3º Fica instituída a obrigatoriedade de segregação na fonte pelos grandes geradores de resíduos sólidos do Município de Sarzedo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

Art. 4º Os grandes geradores de resíduos sólidos são responsáveis pelo gerenciamento ambientalmente adequado de todos os resíduos que produzirem.

Art. 5º Os grandes geradores de resíduos sólidos deverão apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos acompanhado de ART do responsável técnico ao órgão ambiental municipal, conforme previsto na legislação.

Art. 6º Os grandes geradores de resíduos sólidos são responsáveis pela segregação na fonte e pelo acondicionamento adequado dos resíduos sólidos gerados, realizando-se a separação em, no mínimo, duas frações:

I - resíduos recicláveis secos, como papéis, plásticos, vidros e metais, que não apresentem contaminação e não sejam classificados como resíduos classe 1 – perigosos; e

II - rejeitos, contemplando resíduos que não possam ser destinados à reutilização, reciclagem ou demais processos que promovam a recuperação dos resíduos sólidos.

Art. 7º Os resíduos recicláveis secos deverão ser destinados pelos geradores à coleta seletiva.

§ 1º A exposição dos resíduos recicláveis secos nos logradouros para a coleta seletiva deverá ocorrer nos dias e horários pré-estabelecidos pelo órgão competente.

§ 2º Os resíduos recicláveis secos deverão ser acondicionados em recipientes adequados, como lixeiras, contentores e containers, com objetivo de evitar a exposição, contaminação e riscos à saúde pública e ao ordenamento urbano.

§ 3º Os resíduos recicláveis secos deverão ser expostos nos logradouros públicos com antecedência máxima de duas horas em relação ao horário estabelecido para a coleta seletiva.

§ 4º Os resíduos recicláveis secos expostos para a coleta seletiva deverão estar acondicionados de forma adequada, mantendo-se as condições de higiene, segurança, mobilidade e acessibilidade das vias públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

Art. 8º O serviço de coleta seletiva será executado em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010, bem como com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei nº 13.019/2014, ou com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações).

Parágrafo único. Os grandes geradores de resíduos sólidos que optarem por não utilizar o serviço de coleta seletiva, executado por intermédio de associações ou cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis devidamente credenciadas junto ao Município, deverão apresentar declaração de que realizam a correta destinação dos resíduos recicláveis secos, bem como contrato com empresa especializada para a coleta, transporte, tratamento e destinação final, além da licença da empresa responsável pela coleta.

Art. 9º Os resíduos que não possam ser destinados à reutilização, reciclagem ou a outros processos que promovam a recuperação de resíduos sólidos poderão ser recolhidos pelo serviço de coleta de lixo domiciliar disponibilizado pelo Município, mediante o pagamento da respectiva taxa, conforme Lei Complementar nº 196/2025.

Art. 10. Os grandes geradores de resíduos sólidos deverão dispor de estruturas internas como lixeiras e contentores específicos para segregação dos resíduos produzidos, viabilizando-se a separação.

Parágrafo único. Os recipientes para acondicionamento dos resíduos recicláveis e rejeitos deverão estar claramente identificados conforme a fração para a qual se destinam.

Art. 11. A destinação inadequada de resíduos recicláveis secos realizada por qualquer gerador, transportador ou receptor acarretará as sanções administrativas cominadas nas legislações pertinentes, sem prejuízo da responsabilização civil e penal por danos causados.

Art. 12. Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos fiscalizar e aplicar as penalidades previstas.

Art. 13. Será dada ampla publicidade ao Programa instituído por este Decreto, por meio dos canais oficiais de comunicação do Município, bem como mediante ações de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

educação ambiental voltadas aos grandes geradores de resíduos sólidos e à população em geral, com o objetivo de orientar quanto às obrigações e procedimentos previstos nesta norma.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sarzedo, 17 de abril de 2026.


Rita de Cássia das Graças Santos
Prefeita Municipal